www.diariodamanha-pe.com.br

QUANDO NÃO SE PROCURA CORRIGIR OS PEQUENOS DEFEITOS RESVALA-SE POUCO A POUCO PARA OS MAIORES (Imitação de Jesus Christo)

Diário da Manhã

O mais lido
Fundado em 16 de Abril de 1927

PREÇO R$ 1,00
08 PÁGINAS

Fundador: Carlos de Lima Cavalcanti - Recife, sábado, 11 de janeiro de 2025 - ANO XXIV Nº 26.726 DIRETORA: BEATRIZ GOUVEIA

Governo do Estado assina ordem de serviço para dragagem do canal interno do Porto de Suape

A intervenção é uma das mais importantes obras para melhoria da infraestrutura do porto, permitindo a atracação de navios de classe mundial com capacidade máxima de carga

O Governo de Pernambuco assinou a ordem de serviço para o início do serviço de dragagem do canal interno do Porto de Suape. Trata-se de uma das mais importantes obras de infraestrutura do atracadouro pernambucano, o 6º mais movimentado entre os portos públicos do país. A intervenção tem custo de R$ 199.722.311,71, sendo R$ 100 milhões do Ministério de Portos e Aeroportos, por meio do Programa de Aceleração Econômica (PAC3), e R$ 99.722.311,7 de recursos próprios do estado. A autorização para mobilização das dragas ocorreu sexta-feira.

O serviço é fundamental para permitir a atracação, com segurança, de porta-contêineres de 366 metros de comprimento e de outras embarcações de classe mundial com capacidade máxima de carga. O prazo para conclusão da dragagem do canal, que será aprofundado para 16,2 metros, é de seis meses, prevendo a remoção de 3,8 milhões de metros cúbicos de sedimentos. O mesmo contrato contempla a dragagem e a manutenção da



bacia de evolução e dos Píeres de Granéis Líquidos (PGLs) 3A e 3B, para aprofundamento até 18,5 metros.

"Essa obra é fundamental para aumentar a competitividade do Porto de Suape. Ampliando o calado operacional com a dragagem, o porto poderá receber com mais segurança grandes navios, gerando mais negócios, mais emprego. Vale ressaltar que além da dragagem do canal interno, já fizemos a dragagem do canal externo e estamos finalizando as obras de recuperação do molhe do Porto. Esse é o compromisso da gestão Raquel Lyra. Estamos trabalhando e investindo muito em infraestrutura portuária para tornar os nosso portos mais competitivo", ressaltou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti.

Após a conclusão dos serviços, Suape terá o maior calado operacional para navios de contêineres entre os portos públicos brasileiros e o segundo maior calado operacional do país para granéis líquidos. Os sedimentos removidos serão encaminhados para área de bota-fora, operação já licenciada pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH). Todas as autorizações já foram concedidas.

"Essa importante intervenção se soma à conclusão da dragagem do canal externo, cujas obras foram finalizadas em abril passado, com a profundidade de até 20 metros. Com isso, Suape dá um grande passo para potencializar a operação de todos os píeres e cais, além dos dois terminais de contêineres do atracadouro, o Tecon Suape e o APM Terminals (que começará a operar em 2026)", pontua o gestor da estatal pernambucana, Marcio Guiot.

O conjunto das intervenções atende a padrões internacionais de segurança e à legislação ambiental, elevando Suape a uma posição de destaque no cenário global. Suape é um porto de águas abrigadas, tem localização estratégica e infraestrutura adequada para estimular a atração de novas rotas marítimas e atracação das maiores categorias de navios em operação com capacidade máxima de carga. O consórcio Van Oord/Jan De Nul foi o vencedor da licitação.

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife

26°
22°

DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

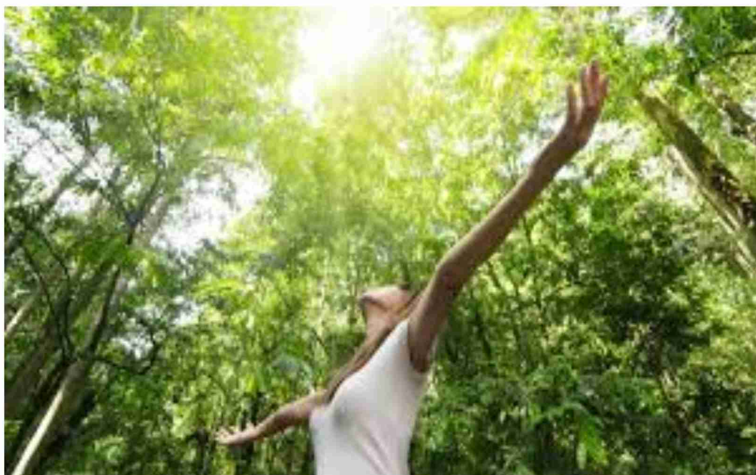
ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

Ecossexualidade: Um Novo Olhar Sobre a Conexão com a Natureza

A ecossexualidade emerge como um movimento que transcende o ambientalismo tradicional, promovendo um vínculo íntimo e emocional com a Terra. Não se trata apenas de um conceito poético, mas de uma prática que busca ressignificar a relação entre os seres humanos e o meio ambiente. O objetivo é simples, mas profundo: enxergar a natureza como parceira e não como objeto de exploração.

Para os adeptos, a ecossexualidade simboliza um rompimento com a visão antropocêntrica que posiciona o ser humano como centro do universo. Ao colocar a Terra em um papel de reciprocidade, o movimento propõe que nosso planeta seja percebido como um ser digno de amor, cuidado e respeito. Isso vai além da preservação ambiental, ou seja, é sobre desenvolver um vínculo emocional que transforme atitudes e comportamentos.



Uma das grandes contribuições da ecossexualidade é aproximar pessoas da questão ambiental de forma sensível e criativa. Muitos se sentem desmotivados diante da magnitude da crise climática, mas a proposta de "amar a Terra" desperta um senso de pertencimento e responsabilidade mais acessível. Em vez de se basear na culpa ou no medo, o movimento inspira por meio do afeto.

As práticas ecossexuais incluem desde rituais simbólicos, como "casamentos" com a Terra, até experiências cotidianas de conexão com o meio ambiente, como caminhar descalço, ouvir os sons da natureza ou plantar árvores com intenção amorosa. Esses gestos, por mais simples que pareçam, carregam um poder transformador ao resgatar a nossa relação instintiva com o mundo natural.

O movimento também tem raízes na arte e no ativismo. Performances e manifestações públicas usam o humor e a criatividade para questionar padrões de consumo e exploração. Essa abordagem irreverente permite dialogar com públicos diversos, muitas vezes rompendo barreiras que os discursos ambientalistas tradicionais enfrentam.

No entanto, a ecossexualidade não é imune a críticas. Há quem a veja como superficial ou performática, sugerindo que o amor pela Terra deve ser traduzido em ações concretas, como políticas públicas e mudanças estruturais. Embora o movimento não descarte essa necessidade, ele enfatiza que nenhuma transformação será duradoura sem uma mudança profunda na forma como sentimos e nos relacionamos com o planeta.

Outro ponto interessante é a interseção entre ecossexualidade e questões de identidade. Para muitos, o movimento desafia normas sociais e sexuais ao propor novas formas de intimidade que transcendem os limites humanos. Nesse sentido, ele também se posiciona como uma crítica ao consumismo, que reduz a natureza a um recurso a ser explorado.

A ecossexualidade é, em essência, uma chamada à ação. Amar a Terra não significa apenas contemplá-la, mas defendê-la ativamente contra práticas destrutivas. Essa perspectiva nos lembra que preservar o planeta exige tanto mudanças políticas quanto pessoais, unindo razão e emoção em prol de um futuro sustentável.

Embora a ideia possa parecer radical ou até utópica, sua mensagem central é inegavelmente poderosa: a salvação do planeta depende de nossa capacidade de amar, respeitar e valorizar a natureza como parte intrínseca de nós mesmos. Afinal, o que somos sem a Terra que nos sustenta?

A ecossexualidade nos desafia a olhar para além do discurso pragmático da sustentabilidade e abraçar uma conexão mais íntima com o mundo ao nosso redor. Nesse vínculo reside uma promessa de transformação, isto quer dizer que não apenas para o meio ambiente, mas para nós mesmos enquanto parte desse grande ecossistema chamado vida.

Prof. Dr. Pedro Ferreira de Lima Filho é Articulista, Filósofo, Pedagogo, Teólogo, E-mail: filho9@icloud.com

(colaborador autônomo)

Diário da Manhã
O mais lido
Fundado em 16 de Abril de 1927
FUNDADOR: CARLOS DE LIMA CAVALCANTI

DIRETORA SUPERINTENDENTE E REDATORA CHEFE BENITA GOUVEIA DE MEIRELLES

DIRETORA PRESIDENTE BEATRIZ F. DE GOUVEIA

DIRETOR COMERCIAL HELENO F. GOUVEIA FILHO

RUA BARROS BARRETO, Nº 16 - SANTO AMARO - RECIFE-PE

AS MATÉRIAS E /OU ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONDIZENDO, NECESSARIAMENTE, COM A OPINIÃO DO JORNAL. OS COLABORADORES NÃO TEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O JORNAL

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife

26°
22°

DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Sogro de mulher presa por suspeita de envenenar bolo também ingeriu arsênio

O sogro da mulher presa por suspeita de envenenar o bolo que matou três pessoas em Torres, no Rio Grande do Sul, também ingeriu arsênio antes de morrer.

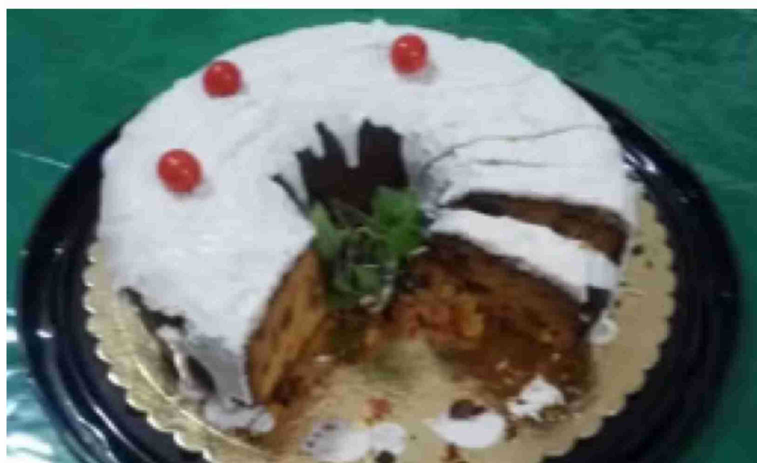
Segundo o g1, exames do Instituto-Geral de Perícias (IGP) constataram isso depois do corpo de Paulo Luiz dos Anjos ser exumado, na quarta-feira (8/01). Ele morreu em setembro, após consumir bananas e leite em pó — alimentos levados à casa dele, em Arroio do Sal, pela nora Deise Moura, que está presa por suspeita de ter usado a mesma substância para envenenar o bolo de Natal.

Após a exumação do corpo de Paulo, a perícia coletou amostras biológicas para análise laboratorial. Em seguida, os restos mortais foram recolocados no túmulo. Até então, a causa da morte de Paulo era tratada como uma suposta intoxicação alimentar. A polícia investiga o falecimento dele, a fim de saber se há ligação com o crime cometido pela nora em dezembro.

Relembre o caso

Sete pessoas da mesma família estavam reunidas em um café da tarde quando começaram em 23 de dezembro. Três delas morreram. Os corpos foram enviados para necropsia no Instituto-Geral de Perícias (IGP).

As análises laboratoriais indicaram que havia arsênio no organismo das vítimas – substância



extremamente tóxica que pode levar à morte.

Em coletiva de imprensa realizada na segunda-feira (6/01), níveis de arsênio foram encontradas na urina e no estômago das vítimas que comeram o bolo.

O Correio entrou em contato com a Polícia Civil do Rio Grande do Sul em busca de mais informações. Em caso de resposta, a matéria será atualizada. O jornal não localizou a defesa de Deise Moura.

Fonte: correiobraziliense.com.br
Foto: Reprodução/TV GLOBO

Quem é Tiago Toguro, o influencer preso em Balneário Camboriú

O influenciador Tiago Toguro, de 34 anos, foi preso em Balneário Camboriú (SC), nessa quinta-feira (9/1), depois de uma confusão com agentes de trânsito. Ele foi levado para a delegacia, onde assinou um termo circunstanciado, sendo liberado em seguida. Ele é empresário e professor de educação física, conhecido por seus conteúdos fitness.

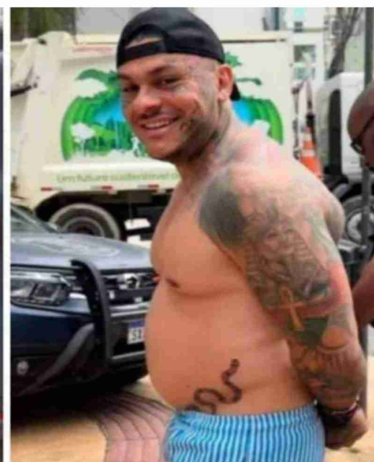
Segundo comunicado do município, a confusão começou por conta de um carro, com um adesivo “Mansão maromba” – marca do influenciador – circular pela cidade sem placas e estacionar em local proibido. O veículo foi guinchado. Toguro, então, teria desacatado os agentes da operação.

Em seguida, a equipe do influenciador divulgou imagens do momento da prisão. “Toguro ainda está preso, o motivo estamos tentando entender, mais tarde postaremos vídeos de toda a cena", dizia a postagem. Nas fotos, Toguro está sorrindo, enquanto é algemado e colocado na viatura.

Com mais de 20 milhões de seguidores nas redes sociais, Toguro ficou famoso com seus vídeos sobre musculação e vida saudável. Nos canais do YouTube “Em Busca do Shape Inexplicável” e “Mansão Maromba”, ele mostra seu dia a dia com vlogs.

Em 2022, ele virou meme ao publicar uma uma série de vídeos motivacionais usando a frase “em pleno 2022, ano da Copa, ano da tecnologia”. No ano seguinte, Toguro foi indiciado por homicídio culposo pelo atropelamento e morte do motociclista Jonny Vieira da Silva, no Rio de Janeiro. Se condenado, ele





pode pegar três anos de detenção.

Em julho de 2023, ele foi internado ao sentir fortes dores, causadas por uma infecção bacteriana. Foi internado novamente na noite de Natal, quando buscou atendimento médico com fortes dores no testículo e chegou a ir para a UTI.

Fonte: correiobraziliense.com.br
Foto: Reprodução / Instagram

Heleno F. Gouveia Filho
Beatriz F. de Gouveia

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife
26°
22°



DM - Dolar hoje

 Dólar Comercial : 5,1620

 Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Brasil supera 200 mil turistas portugueses em 2024



O Brasil recebeu, ano passado, mais de 200 mil turistas portugueses, número que representa um aumento de 9,66% em relação a 2023, avança a Lusa, que cita dados da Embratur – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo.

"Queremos receber cada vez mais portugueses nos nossos destinos únicos", disse à Lusa Marcelo Freixo, presidente da Embratur, especificando que, em 2024, o total de portugueses que visitou o Brasil chegou aos 200.081.

De acordo com o responsável, só no último mês do ano, o Brasil recebeu 19.629 turistas portugueses, o que coloca Portugal na 11.ª posição no ranking dos principais emissores de turistas estrangeiros para o Brasil.

Recorde-se que, em 2024, o Brasil recebeu um total de 6,6 milhões de turistas internacionais, valor que representou um crescimento de 12,6% face ao ano anterior e que estabeleceu um novo recorde no país.

São Paulo (2.207.015), Rio de Janeiro (1.513.235), Paraná (894.536) e Rio Grande do Sul (879.412) foram os estados brasileiros mais visitados por turistas internacionais, com destaque para os argentinos, que foram a primeira nacionalidade em visitantes internacionais no Brasil no ano passado, com 1.953.548 turistas.

Até novembro de 2024, o valor gasto pelos turistas estrangeiros no país sul-americano somou 6,62 mil milhões de dólares (6,38 mil milhões de euros), a maior cifra registada nos 11 primeiros meses do ano desde 1995 e 5,3% superior ao verificado no mesmo período de 2023 (6,29 mil milhões de dólares ou 6,07 mil milhões de euros).

Os gastos dos turistas estrangeiros ultrapassam, inclusive, o valor de igual período em 2014 (6,30 mil milhões de dólares ou 6,07 mil milhões euros), quando o país acolheu o campeonato do mundo de futebol.

Entretanto, o Governo brasileiro anunciou que, para 2025, o objetivo é chegar aos 6,9 milhões de turistas estrangeiros, tendo já divulgado diversas ações para a atração de novos voos em rotas nacionais e internacionais.

Fonte: circuitomundo.com
Por Redação Circuito Mundo

Luiz Felipe Moura
(colaborador autônomo)

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

Governo lança ações para se antecipar a período de alta da dengue

Método que infecta mosquitos com bactéria será ampliado a 40 cidades



O Ministério da Saúde instalou nesta quinta-feira (9) o Centro de Operações de Emergência (COE) para dengue e outras arboviroses.

De acordo com a ministra da Saúde, Nísia Trindade, a ideia é coordenar o planejamento e a reposta por meio do diálogo constante com estados, municípios, pesquisadores e instituições científicas, além de outras pastas.

Dentre as ações previstas estão se antecipar ao período sazonal da dengue para adequar as redes de saúde; mitigar riscos para evitar casos e óbitos; ampliar medidas preventivas para melhor preparar estados e municípios; e uma articulação nacional para resposta a eventuais situações classificadas como críticas.

Nísia anunciou ainda o lançamento de um novo Plano de Contingência Nacional para Dengue, Chikungunya e Zika, composto por seis eixos, no intuito de ampliar medidas preventivas, preparar a rede assistencial e conter o avanço de casos de dessas doenças no país.

A versão anterior do plano havia sido lançada em 2022 e, portanto, antes da maior epidemia de dengue já registrada no Brasil, em 2024.

Dentre as ações destacadas pela pasta estão:

- expansão do método Wolbachia de três para 40 cidades ainda em 2025;
- implantação de insetos estéreis em aldeias indígenas;
- borrifação residual intradomiciliar em áreas de grande circulação de pessoas, como creches, escolas e asilos;
- estações disseminadoras de larvicidas, com previsão de implantação de 150 mil unidades na primeira fase no projeto;
- uso de Bacillus Thuringiensis Israelensis (BTI) para monitorar e controlar a disseminação do mosquito;
- instalação de cerca de 3 mil estações disseminadoras de larvicida no Distrito Federal, na região do Sol Nascente, com expansão prevista para outras áreas periféricas do país.

Vacina

De acordo com a secretária de Vigilância em Saúde, Ethel Maciel, a pasta já adquiriu todo o estoque de vacinas contra a dengue disponibilizado pelo fabricante para 2025: 9,5 milhões de doses.

A estratégia do governo federal, segundo Ethel, é intensificar a imunização contra a dengue entre crianças e adolescentes de 10 a 14 anos neste ano, sobretudo diante de um estoque de cerca de 3 milhões de doses distribuídas aos estados e municípios em 2024 e que ainda não foram aplicadas.

Cenário epidemiológico

Em 2024, o Brasil registrou 6,4 milhões de casos prováveis de dengue e 6 mil óbitos, de acordo com o painel de atualização de casos de arboviroses do ministério.

Já em 2025, até esta quarta-feira (8), foram notificados 10,1 mil casos prováveis e 10 mortes em investigação por dengue.

Fonte: Agência Brasil

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

A MELHOR FORMA DE COMBATER A DENGUE É IMPEDIR A REPRODUÇÃO DO MOSQUITO.

AJUDE A **ELIMINAR** OS **CRIADOUROS**

- MANTENHA A **CAIXA D'ÁGUA** BEM FECHADA
- RECEBA BEM OS **AGENTES DE SAÚDE** E DE ENDEMIA
- AMARRE BEM OS **SACOS DE LIXO**
- COLOQUE **AREIA** NOS **VASOS DE PLANTA**
- COLOQUE **PNEUS** EM LOCAIS COBERTOS
- LIMPE BEM AS **CALHAS** DE CASA
- NÃO ACUMULE **SUCATA** E **ENTULHO**
- ESVAZIE **GARRAFAS PET, POTES E VASOS**

Fonte: Ministério da Saúde

agênciaBrasil

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO



DM - Dolar hoje

 Dólar Comercial : 5,1620

 Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Opinião GP: GP do Catar expõe face da FIA que é a cara de seu autoritário presidente

BASTOU UM ESPELHO retrovisor para desencadear uma série de situações que deixa evidente que a Fórmula 1 vive agora sob uma nova (mais uma) abordagem. Ainda mais inflexível e irritantemente imprevisível. Os acontecimentos do GP do Catar não só apresentaram uma face atrapalhada e confusa, mas também revelaram como o comando da sala de controle de prova ganhou a assinatura autoritária do presidente da Federação Internacional de Automobilismo (FIA). O fato é que há algo que não se encaixa, e o Mundial não pode simplesmente ignorar.

Porque o fim de semana catari, sob a direção novamente de Rui Marques, abriu diversos precedentes. A decisão de punir Max Verstappen com a perda de uma posição no grid, após o neerlandês ter sido considerado culpado de bloquear o rival George Russell na classificação de sábado, gerou espanto, especialmente pela maneira como foi tratada, quase que aleatoriamente, em critério novo. Então, na corrida de domingo, um surpreendente festival de punições de todo o tipo: sanções de 10s, que antes eram compreendidas de forma diferente, drive-through e até mesmo um stop-and -go — bastante incomum. Mas o que chamou muita atenção mesmo foi a demora em agir em situações críticas.

A peça da Williams de Alex Albon, que se desprendeu do carro na metade da prova, ficou em plena reta dos boxes por 4 voltas, com a TV mostrando insistentemente. Mas a direção só tomou alguma atitude depois que Valtteri Bottas atropelou o elemento e espalhou os detritos, causado furos de pneus nos carros de Carlos Sainz e Lewis Hamilton. E não foi de forma imediata. Esperou-se ainda para acionar o safety-car. E isso aí mudou a história da corrida.

Outro fato que saltou aos olhos foi a punição de 10s com ida de Lando Norris aos boxes, por não desacelerar em bandeira amarela. A McLaren achou desproporcional



e, mesmo que haja casos semelhantes no passado, é incomum. De toda a forma, as ações foram inconsistentes e já serviram de munição para as equipes. A Mercedes também avaliou o caso com preocupação e definiu as decisões como brutais.

O problema aqui é uma mudança de postura abrupta e nebulosa, porque nunca se entende a razão e nem os parâmetros, que por muitas vezes sequer são ações previstas no regulamento.

Não é segredo algum que há um ruído cada vez maior entre a Fórmula 1 e a FIA, na figura do atual mandatário Mohammed Ben Sulayem. Existe ali uma disputa de poder e atenção. Desde que assumiu o cargo, o dirigente coleciona polêmicas e posturas controversas. Até por isso, a entidade, vira e mexe, disputa as manchetes com as conquistas de pilotos e equipes. Agora, são dois pontos que a colocam novamente no olho do furacão. E que, certamente, devem reverberar em pista, como em outros momentos.

O primeiro deles é a lista de demissões da federação, que atinge especialmente o alto escalão em 2024. A última foi a do diretor de provas, Niels Wittich. O alemão assumira o cargo em 2022, dividindo a função com Eduardo Freitas, na esteira da tempestuosa decisão do título da F1 do ano anterior. Mas Freitas não durou muito e, em meados daquele mesmo ano, deixou o posto de forma solo para Wittich, que agora deu lugar ao português Marques. Que passou, inclusive, a acumular o trabalho na F1 com a Fórmula 2. Uma insanidade, que provou ser verdade neste fim de semana.

Sobre Wittich, a história parece complexa e abre margem para discussão sobre o que acontece na entidade. Porque no dia em que comunicou a saída do diretor, a nota da FIA dizia que ele havia deixado o cargo para "seguir outras oportunidades". No entanto, o alemão informou à imprensa de seu país que não pediu demissão. E de fato, é muito raro uma troca de comando neste ponto da temporada.

E só para se ter uma ideia do desmantelamento dos últimos meses na FIA: além de Niels, Tim Mayer foi dispensado do posto de comissário-chefe da Fórmula 1 na semana que passou. Filho de Teddy Mayer, cofundador da McLaren, era um dos principais comissários da FIA, além de atuar como delegado da federação nos Estados Unidos. Paolo Bassari, então diretor de compliance da entidade, também deixou o cargo em novembro. Steve Nielsen (ex-diretor-esportivo), Tim Gross (ex-diretor-técnico), Pierre Ketterer e Edward Floydd (ex-membros da área jurídica) são outros exemplos de baixas sofridas recentemente.

Ainda não está claro a razão para todas as saídas e o qual, de fato, é o plano da FIA. Mas fala-se em desentendimentos envolvendo o presidente da federação e insatisfação.

Mas há um outro elemento que tem fomentado a crescente tensão no paddock, e isso, sim, flerta com o perigo. Os pilotos da Fórmula 1 têm questionado cada vez mais as ações da FIA. Russell, presidente da Associação dos competidores (GPDA), pediu por transparência com relação às mudanças na direção de prova e de outros setores. Mas foi uma carta enviada à entidade que colocou fogo nessa relação.

Os astros do grid pediram para serem tratados como adultos — foi uma resposta às punições a Verstappen e Charles Leclerc sobre uso de palavrões — e que o presidente também tivesse cuidado com o "tom e a linguagem" para abordar o assunto, depois de críticas de Lewis Hamilton, que apontou elementos raciais e falas estereotipadas". Além disso, o documento trouxe uma cobrança sobre o destino das multas que são aplicadas — esse tópico já havia sido motivo de polêmica, quando a federação decidiu aumentar os valores significativamente neste ano.

A posição dos pilotos irritou o mandatário. Que decidiu rebater e criar um novo conflito. E é aqui que se dá o sinal de alerta. Em entrevista à revista Autosport, Ben Sulayem disparou contra os competidores e afirmou que não deve nada a pessoas que estejam fora da federação. A postura autoritária e arrogante contradiz o que se espera da entidade que rege o esporte. Porque, sim, a FIA lida com a vida de milhares de pessoas envolvidas não só com a Fórmula 1 e tem o dever de zelar por isso. É de responsabilidade direta do órgão máximo as ações dentro da direção de prova e de outros setores das mais diversas categorias chanceladas ao redor do mundo. Portanto, não há espaço para vaidade ou qualquer vendeta.

E é preciso tratar o cargo que ocupa com seriedade e respeito, não como um negócio do qual se é dono.

Fonte: grandepremio.com.br
Foto: Reprodução/FIA

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO



DM - Dolar hoje

 Dólar Comercial : 5,1620

 Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

Teto de juros do consignado do INSS subirá para 1,8% ao mês

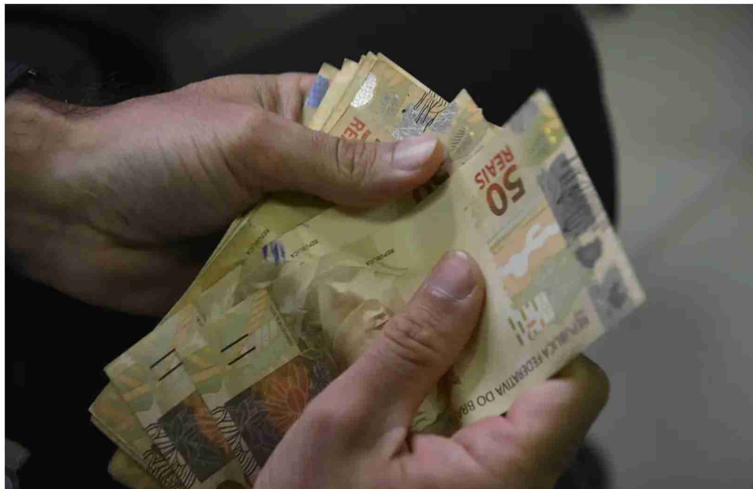
Medida foi aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagarão mais nas futuras operações de crédito consignado. Por 13 votos a 1, o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprovou nesta quinta-feira (8), em Brasília, o novo limite de juros de 1,8% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,14 ponto percentual maior que o limite atual, de 1,66% ao mês, nível que vigorava desde abril. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado foi mantido em 2,46% ao mês.

Propostas pelo governo, as medidas entram em vigor cinco dias após a instrução normativa ser publicada no Diário Oficial da União, o que ocorrerá nos próximos dias. Os bancos haviam pedido a elevação imediata do teto.

As altas recentes na Taxa Selic (juros básicos da economia) foram a justificativa para o aumento. Em dezembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou os juros básicos de 11,25% para 12,25% ao ano. Por causa dos juros maiores, os principais bancos pararam de conceder crédito consignado, alegando inviabilidade das operações com o teto atual.



Descompasso

Apenas o representante dos bancos votou contra a medida, alegando descompasso entre os juros do consignado e a realidade do mercado financeiro. As instituições financeiras pediam teto de 1,99% ao ano para permitir a retomada parcial das concessões, excluindo aposentados por invalidez com mais de 70 anos. Uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 2021 determina a viabilidade econômica da concessão de crédito consignado ao INSS.

Com o novo teto, os bancos oficiais poderão voltar a emprestar pela modalidade. Segundo os dados mais recentes do Banco Central (BC), referentes à terceira semana de dezembro, o Banco do Nordeste cobrava 1,73% ao mês; o Banco da Amazônia, 1,71% ao mês; a Caixa Econômica Federal, 1,7% ao mês; e o Banco do Brasil, 1,69% ao mês.

Como todas as taxas estavam acima do teto atual de 1,66% ao mês, essas taxas na prática significam que as instituições suspenderam a oferta desse tipo de crédito. O levantamento do BC já considerava a alta mais recente da Taxa Selic.

Impasse

Em agosto de 2023, quando o Banco Central começou a cortar a Selic, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, havia dito que a pasta havia decidido acompanhar o movimento e propor reduções no teto do consignado à medida que os juros baixarem. Durante o ciclo de baixa dos juros básicos, o CNPS reduzia o teto do crédito consignado aos segurados do INSS.

Apesar do início do ciclo de alta da Selic, em setembro do ano passado o aumento do teto dos juros do consignado não acompanhou a evolução da taxa básica. O limite estava inalterado desde junho.

No fim do ano passado, instituições como Banco do Brasil, Itaú, Santander, Pan, BMG, Mercantil e Banrisul suspenderam a oferta do consignado do INSS nos correspondentes bancários porque o teto de 1,66% de juros ao mês não cobria mais os custos da modalidade.

Fonte: Agência Brasil
Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil/Arquivo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS E DELEGADAS PARA O 9° CONGRESSO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS METROVIÁRIOS - FENAMETRO

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES METROVIÁRIOS E CONEXOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINDMETRO/PE, órgão sindical de 1o grau, com sede a Rua Cel. Lamenha, 263, Areias, Recife/PE CEP No 50900-020, CNPJ: 09.437.591/0001-33, no uso de suas atribuições constitucionais,legais e estatutárias, respeitando as disposições Estatutárias da FENAMETRO, que servem de base para os critérios da eleição, CONVOCA todos os Trabalhadores e trabalhadoras para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, para eleição de 10 delegados, que será feita através de chapas, respeitando o percentual de 30% de gênero em sua composição, para participarem do 9° CONGRESSO NACIONAL ORDINÁRIO DA FENAMETRO, que será realizado no período de 07 à 09 de fevereiro de 2025, no horário das 09:00hs às 16:00hs, para deliberar sobre a eleição dos membros da Direção Nacional Executiva e Diretores Adjuntos e os membros do Conselho Fiscal para o mandato sindical de três anos, sobre a alteração Estatutária, Finanças da Entidade, filiação e desfiliação de entidade de grau superior e outros assuntos. Assembleia Geral Extraordinária será realizada no dia 21 de janeiro de 2025, no Auditório do SINDMETROPE, no endereço supra citado, em primeira convocação com o quórum estatutário, às 17 hs, em segunda convocação, às 17:15 hs, e em terceira convocação, às 17:30 hs com qualquer número de Trabalhadores e trabalhadoras presentes, conforme previsto no artigo 8°, inciso I da Constituição Federal c/c os Estatutos do Sindicato, com a seguinte ordem do dia: a) Informes gerais; b) Eleição das chapas, respeitada a proporcionalidade de 20%, em caso de 2 chapas, e de 10%, se houver 3 ou mais, aplicado, também, o critério de arredondamento na determinação do percentual; c) Após a eleição, as chapas indicarão os seus delegados e/ou substitutos que irão ao Congresso, sendo obrigatório o respeito ao percentual de 30% de género; d) Quanto a inscrição de chapas, se dará no momento do debate dentro da assembleia. Recife, 09 de janeiro de 2025. Luiz Soares de Oliveira - Presidente do SINDMETROPE

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje

 Dólar Comercial : 5,1620

 Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

INFORMATIVO-SINDAPE

SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDAPER - Fundado em 15 de fevereiro de 1989 Registro Sindical (MTE - CNES)-Nº243.330.008421/90-53 CNPJ - 24.130.684/0001-04 Endereço: Rua do Sol, 357 bairro do Carmo, Olinda-Pernambuco – OLINDA/PE- CEP -53.140.080 CEP- 53. 120.010 - TeleFax: (81) 9.9978.0605 BLOG: www.sindaper.blogspot.com.br Email: sindapeorg@gmail.com NOTÍCIAS SINDICAIS - SINDAPER ******************* ÓRGÃO NOTICIOSO DO SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO- SINDAPER- PRESIDENTE BRUNO MATHEUS VICENTE DE MEDEIROS- DIRETORA DE COMUNICAÇÃO-//- MILENA MARIA MUNIZ XAVIER- CEL – 9.9442.7877 - //- SECRETÁRIO GEGAL-EDWALDO GOMES DE SOUZA- CEL.9.9978.0605.- EXPEDIENTE DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA À SEXTA FEIRA DAS 9 ÀS 17:00- REUNIÃO TODA -QUINTA-FEIRA DAS 9 AS 12 HORAS DA MANHÃ EDIÇÃO DE 11 DE JANEIRO DE 2025. PUBLICADO AOS SÁBADOS NO JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ-CEL 9.87924973 ATENÇÃO: INFORMA A DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO: O SINDICATO ESTARÁ EM BREVE NA REDE SOCIAL COM ENDEREÇO NA RUA DO SOL, 357 – OLINDA CARMO- ATENÇÃO: FILIAR-SE AO SINDAPER, É DEFENDER NOSSOS DIREITOS DE ADVOGADO/A, (ART. 8ª. III- C.F). DO ESTATUTO DO SINDAPER: -ART. 2º -IV" – INTEGRA A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COMO ENTIDADE COMPROMETIDA COM O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, O BEM ESTAR SOCIAL. "DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA: "CUMPRIR E FAZER CUMPRIR O PRESENTE ESTATUTO".ART. 16ª, NOTA IMPORTANTE – O SINDICATO ENCONTRA-SE EFETIVAMENTE REGISTRADO, NA FORMA DO ESTATUTO SOCIAL, EM VIGOR, CONFORME A ATA DA REUNIÃO-DA-ASSEMBLÉIA-GERAL- EXTRAORDINÁRIA DATADA DE 19 DE SETEMBRO/2024, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 3472 DE 04 DE OUTUBRO DE 2023 NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EMPREGO EM BRASÍLIA DF. E COM O PROTOCOLO Nº. 250669, DE 03/05/2024 E RECEITA FEDERAL, EM BRASÍLIA- DF. E DEVIDAMENTE AVERBADA NO CARTÓRIO DO 2º.REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE OLINDA/PE FRANCISCO DE QUEIROZ CAVALCANTI – OFICIAL. DA REUNIÃO SINDICAL -DA REUNIÃO QUE SENDO ÀS QUINTAS FEIRAS D0 SINDAPE- ATENÇÃO: NÃO HOUVE" REUNIÃO EM 07/DE/JANEIRO /2025 –REUNIÃO INFORMAL DAS QUINTAS-FEIRAS-VIRTUAL E PRESENCIAL ÀS 10:00HS. AS REUNIÕES COM OS MEMBROS (-QUE ESTÃO SENDO REALIZADAS NA SEDE DA OAB/OLINDA-) – TEMPORARIAMENTE, ENQUANTO , TOMAREMOS POSSE DE NOSSA SEDE PRÓPRIA NA CIDADE DE OLINDA NA RUA DO SOL, 357- BAIRRO DO CARMO. AOS ADVOGADO/A/S -A Categoria Profissional Diferenciada, conforme preceitua o artigo 511 da CLT é aquela formada por empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de Estatutos Profissionais Especiais, sendo a competência da Justiça do Trabalho as Entidades Sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais. O art. 133 –Constituição Federal, o Advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. AS FUNÇÕES DO SINDICATO - As principais funções de um Sindicato são proteger, defender e apoiar os interesses comuns dos membros, atuando como um mediador entre os trabalhadores e as organizações para as quais eles trabalham. PATRONO DA ADVOCACIA - RUY BARBOSA: "EM TODAS AS NAÇÕES LIVRES, OS ADVOGADOS SE CONSTITUEM NA CATEGORIA DE CIDADÃOS QUE MAIS PODER E AUTORIDADE EXERCEM PERANTE A SUA/SOCIEDADE". FRASE CELEBRE´-"É uma santa coisa a democracia, – não a democracia que faz viver os espertos, a democracia do papel e da palavra, – mas a democracia praticada honestamente, regularmente,sinceramente.". -Machado-de-Assis TRIBUNA-DO-ADVOGADO-(A) – SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINDAPER - NOTA ((Este espaço é reservado para o/a ADVOGADO(A) fazer valer suas prerrogativas com críticas pertinentes e reclamações a respeito do funcionamento-da-ciência-jurídica e o DIREITO.))... NOSSA OPINIÃO da DEPUTADA FEDERAL – CLESSI HOFFMANN- "Em entrevista a TV, comentei como o ato em defesa da democracia foi um momento de resposta para todos que atentaram contra o nosso país. 8 de janeiro de 2023 foi o resultado final de um processo que construído para que os golpistas voltassem ao poder. E para/isso/não/existe/ANISTIA." EXPLICA O CRIMINALISTA, Advogado, Antônio Carlos de Almeida Castro,Kakay: trama golpista foi contra a Democracia, não contra MORAES, LULA e ALCKIMIN. "O argumento da suspeição do ministro Alexandre de Moraes, pelo fato de os golpistas terem planejado matá-los, é absolutamente sem nenhuma sustentação jurídica. Seria permitir que o investigado, quem cometeu o crime, escolhesse o seu julgador".No caso concreto a vítima seria a Democracia brasileira. "O que foi urdido e tentado foi um Golpe de Estado, abolição violenta da Democracia". Os atos do dia 08 de janeiro~2023 em louvou da DEMOGRACIA BRASILEIRA-E/O/DIA/DA/INFÂNCIA Dois anos do 8 de janeiro: Imagens inéditas relembram terror. Processos e condenações ainda estão em curso, assim como objetos destruídos estão em fase de restauração. Há dois anos, em 8 de janeiro de 2023, a democracia brasileira enfrentou um de seus maiores testes quando extremistas invadiram prédios públicos em Brasília, incluindo o Congresso Nacional, o STF e o Palácio do Planalto. Um balanço dos desdobramentos jurídicos do Dia da Infâmia mostra a rápida reação dos Poderes e do Judiciário brasileiro. No segundo aniversário deste ato de insurreição, imagens inéditas publicadas hoje por este rotativo lembram a extensão da violência, reforçando a necessidade de vigilância constante na proteção da Democracia. Em 8 de janeiro: dois anos do "Dia da Infâmia". Condenações.Em dois anos, o STF condenou 375 das 1.682 pessoas denunciadas. Dentre estas, 1.204 foram acusadas como incitadores, 407 como executores, 63 como financiadores, e há 8 autoridades envolvidas, segundo a classificação do MPF. Apenas quatro foram absolvidos, enquanto 527 optaram por acordos de não persecução penal, encerrando as ações e aceitando medidas alternativas como serviço comunitário e cursos sobre democracia. Durante este período, os réus têm seus passaportes e porte de arma suspensos e são proibidos de usar redes sociais. 1.682 pessoas foram denunciadas pelos atos do 8 de janeiro.(Imagem: Ao todo, 155 réus estão presos: 78, provisoriamente, 70 definitivamente, e 7 estão em prisão em domiciliar. 155 pessoas permanecem presas pelos atos de 8 de janeiro de 2023. A maior parte dos invasores foi condenada por crimes como associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Há hoje 1.552 ações penais em curso no STF: 1.093 casos com crimes simples e 459 de crimes graves. Arte e diálogo - Neste ano, o STF utilizará a arte e o diálogo para relembrar os atos antidemocráticos. A Corte promoverá nesta quarta- feira, às 14h, uma roda de conversa, que será aberta pelo vice-presidente do Tribunal, ministro Edson Fachin. Participarão da conversa servidores e colaboradores que atuaram na limpeza e reconstrução das instalações depredadas, além da restauração das obras destruídas durante a invasão à Suprema Corte. Às 15h30, serão recebidas no Supremo obras de arte produzidas com destroços da invasão, de quatro artistas plásticos de Brasília: Valéria Pena-Costa, Carppio de Morais, Marilu Cerqueira e Mário Jardim. As obras simbolizam a reconstrução do prédio do STF e a prevalência da democracia. O Manto da Democracia é o título da obra de Valéria Pena- Costa. A artista convidou cerca de 60 mulheres para reconstruir simbolicamente a toga da ministra Rosa Weber, presidente do STF na data dos ataques. Carppio de Morais produziu uma pintura sobre tela com tonalidade em preto inspirada no luto das páginas carbonizadas da Constituição Federal. Apresentada dentro de uma caixa de acrílico, a obra trará um percurso histórico em que se retrata a sociedade brasileira, desde a escravidão até os dias atuais. A produção de Marilu Cerqueira se deu em pedra mármore azul retalhada, com pedaços de vidro blindex esverdeado, vidro de lâmpada, pedaços de tela de dispositivo móvel/tablet, cacos de espelho, mármore branco triturado, pedra portuguesa triturada e a impressão do símbolo da bandeira com frases representando a destruição do Tribunal. A obra do artista Mário Jardim, feita em parceria com Valéria Pena-Costa, terá a palavra "democracia" referida no espelho e repetida em seus fragmentos. A ideia é baseada em sermões do Padre Antônio Vieira, para quem as propriedades e as virtudes da eucaristia não se deixam afetar pela fragmentação, já que cada parte trazia em si o todo da divindade. .O Supremo também lançará um hotsite de memória com informações completas, que vão desde os ataques e a destruição do prédio até o processo de reconstrução e a responsabilização daqueles que invadiram e depredaram as instalações da Corte. ((Obras restauradas))Nesta terça-feira, 7, um relógio histórico que foi vandalizado em ato golpista retornou ao Palácio do Planalto após passar por restauração. Relógio presenteado por Dom João VI chega à Brasília após restauração. O relógio de Balthazar Martinot, peça do século XVII, foi um presente da Corte Francesa para Dom João VI e veio com a família real portuguesa para o Brasil. Martinot era o relojoeiro do rei francês Luís XIV. Segundo o governo brasileiro, restaram apenas dois relógios do artista, um exposto no Palácio de Versailles, na França. O relógio é feito de casco de tartaruga e com um bronze que não é fabricado há dezenas de anos. O objeto foi destruído por Antônio Cláudio Alves Ferreira, um dos extremistas que invadiu o Planalto - ele foi condenado a 17 anos de prisão. O relógio passou por um processo de restauro em parceria com o governo da Suíça. Agora, juntamente com outras peças, foi agora reintegrado ao acervo da Presidência. Obras como o quadro As Mulatas, do pintor Di Cavalcanti, também passaram a ser levadas de volta ao planalto na segunda-feira, 6. Também estão na lista a escultura em bronze O Flautista, de Bruno Giorgi, e a escultura de madeira Galhos e Sombras, de Frans Krajcberg. Obras de arte e objetos foram depredadas pelos golpistas de 8/1. O restauro dessas e outras peças foi realizado em um laboratório que o governo montou no Palácio da Alvorada em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que assumiu os custos do trabalho realizado por uma equipe de dez restauradores da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O presidente Lula convidou representantes dos demais poderes para uma solenidade no Planalto, seguida de um abraço simbólico à Praça dos Três Poderes.Senhores, tudo é muito lamentável, mas, principalmente, a falta de ação da polícia do Planalto, do então Ministro da Justiça, Dino. Além disso, os que adentraram os prédios tiveram franqueadas as suas passagens, pois os militares que estavam na porta, sem quaisquer perigos de integridade física, já que os descontentes não portavam quaisquer tipos de armas. A "novela" foi orquestrada e mal planejada pelos interessados em terem motivos para bradar em alto e bom tom: "Fizeram um atentado violento à democracia e uma tentativa de golpe de Estado". O que? Como? Se não tinham armas, não tinham apoio de nenhuma força constituída in loco, ora, então que golpe é esse? Ou não passa de vandalismo irracional, com penas alternativas? Vejam, senhores, o MST fez, faz e, se ninguém os barrar, continuará praticando esses atos, inclusive atentando contra os prédios dos três poderes da república. Então, senhores, como bem disse o nobre professor Ives Gandra Martins, "Os atos praticados no dia 08/01 estão muito longe do conceito para serem considerados golpe de Estado." CONTEÚDO RELACIONADO (O Dia da infâmia) "Para que não se repita": Relembre o 8/1 e entenda os desdobramentos. Há um ano, extremistas invadiam os prédios chantados na praça dos Três Poderes e provocavam destruição. Conquanto recuperados os edifícios públicos, ficou no ar o temor de que a Democracia, ainda incipiente no Brasil, estivesse por um fio."Traidor da Constituição é traidor da Pátria." Disse Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. 8 de janeiro de 2023, Dia da Infâmia. A invasão daPraça dos Três Poderes, em 2023, deixou uma indelével marca do potencial destrutivo do extremismo crescente enfrentado no Brasil nos últimos anos. Como reiterado pela então presidente do STF, ministra Rosa Weber, para a manutenção da integridade democrática, a data deve ser lembrada sempre "para que nunca mais se repita". 'Dia D' Eram duas da tarde de domingo quando os brasileiros, que se preparavam para o início de mais uma semana, foram surpreendidos com a notícia de uma invasão aos prédios das principais instituições nacionais em Brasília/DF. Manifestantes que estavam há muitos dias acampados em frente ao QG do Exército, e outros que, provenientes dos quatro cantos do Brasil, juntaram-se a eles naquele dia, iniciaram uma caminhada em direção ao coração do Poder em Brasília. Sob a concretude da Esplanada, e a conivência de alguns, irromperam as barricadas e foram participar do que chamavam no codinome do crime de "Festa da Selma". A Praça em si, que é barreira geográfica, não foi limite suficiente. De fato, com o real objetivo de atingir o âmago republicano, ferindo a democracia, os prédios foram invadidos: o Congresso Nacional, o STF e o Palácio do Planalto. Salas depredadas, objetos e documentos destruídos e furtados, e a porta do armário do ministro Alexandre de Moraes foi exibida como "prêmio". Porta do gabinete do ministro Alexandre de Moraes foi arrancada e levada por vândalos como "prêmio". O ataque só foi contido por volta de 18h30 daquele dia, com o acionamento da Força Nacional. Após a desocupação, os prédios foram interditados e periciados. Entre os incontáveis prejuízos, notou-se que uma réplica da Constituição de 1988 fora furtada. Felizmente, o exemplar original manteve-se intacto, pois está em um museu do Tribunal, fora da área invadida. Além da Constituição, a obra "Bandeira do Brasil", de Jorge Eduardo, foi encontrada boiando sobre a água que inundou todo o andar, após vândalos abrirem os hidrantes ali instalados. Outra obra depredada foi "As mulatas", de Di Cavalcanti, encontrada com sete rasgos, de diferentes tamanhos. Trata-se da principal peça do Salão Nobre do Palácio do Planalto, cujo valor estimado é de R$ 8 milhões. Ainda, a escultura em bronze avaliada em R$ 250 mil, " O Flautista", de Bruno Giorgi, foi encontrada destruída. A Galeria dos ex-presidentes também foi arruinada, com todas as fotografias retiradas da parede, jogadas ao chão e quebradas. O Relógio de Balthazar Martinot, presente da Corte Francesa para Dom João VI, datado do século XVII e de valor inestimável, foi reiteradamente lançado ao chão. Algumas das obras que foram depredadas pelos/golpistas/de/8/1. Repercussão - Os ataques repercutiram nos jornais do Brasil e do mundo. The New York Times e The Guardian compararam a invasão à ocorrida em 6/1/21 no Capitólio. Jornais brasileiros noticiaram o acontecimento na primeira página. No Brasil, a faculdade de Direito da USP realizou um ato em defesa da democracia, reunindo personalidades do mundo jurídico. A OAB lançou manifesto em apoio à democracia brasileira, que foi lido pelo presidente, Beto Simonetti, na abertura do ano Judiciário de 2023. Outras figuras políticas importantes, entidades/e ministros/do-STF demonstraram repúdio à invasão. Ação e contenção. Como os golpistas estavam há semanas reunidos diante do QG do Exército e diante de "ameaças de guerra", o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, no dia anterior ao ataque, já havia autorizado a atuação da Força Nacional para proteção da ordem pública e do patrimônio, por meio da portaria 272/23. Após as invasões, o presidente Lula assinou um decreto determinando intervenção Federal no DF até o dia 31/1/23 para pôr fim ao comprometimento da ordem pública no Estado, e nomeou como interventor Ricardo Cappelli. A PGR iniciou investigação para apurar a responsabilidade dos envolvidos e a AGU pediu a reintegração de posse da Esplanada, para que todos os imóveis fossem desocupados pelos manifestantes sob pena de multa. Em 11 de janeiro, dois dias após o ataque, mensagens nas redes sociais anunciavam uma "mega manifestação nacional pela retomada do poder" com o bloqueio de estradas. Sob ameaça de novos atos golpistas, o ministro Alexandre de Moraes atendeu a pedido da AGU e proibiu qualquer interrupção de tráfego em todo BRASIL. Omissão e facilitação?O governador do DF, Ibaneis Rocha e o então secretário de Segurança Pública, Anderson Torres foram imediatamente afetados com a deflagração dos ataques. E recentemente, numa entrevista, o presidente Lula lhes atribui culpa pelo ocorrido. Para o bom andamento das investigações, o governador do DF foi afastado, fato que perdurou até 15/3/23. O então PGR, Augusto Aras, pediu abertura de uma investigação contra o ex- governador ao STJ. Anderson Torres, exonerado do cargo por Ibaneis Rocha, negou conivência com os atos. Enquanto os ataques ocorriam, Torres - que havia assumido o cargo há apenas 7 dias na secretaria do DF, curiosamente tinha tirado férias nos Estados Unidos, em local próximo de onde se encontrava o ex-presidente Bolsonaro, que não se dignou a passar a faixa presidencial. A AGU e o diretor-Geral da PF pediram no STF a prisão em flagrante do ex-secretário de Segurança Pública. O ministro Alexandre de Moraes determinou a prisão de Torres, acusado de omitir, ou facilitar, a invasão dos prédios. Anderson Torres foi preso ao desembarcar no Brasil e liberado da preventiva quase cinco meses depois. Segue cumprindo medidas cautelares. Bode expiatório? Taxados como golpistas, terroristas e vândalos pela mídia, apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, e demais pessoas ligadas à extrema direita, insurgiram nas redes sociais com uma versão fantasiosa, acusando a esquerda de forjar o ataque. Afirmaram que" esquerdistas" se infiltraram na "manifestação pacífica" para provocar destruição e , depois, culpar os manifestantes de direita. A tentativa de distração durou pouco, porque muitos dos manifestantes fizeram auto-prova do ataque, filmando e publicando em redes sociais a ação, sempre debochando das instituições. As próprias redes sociais tornaram-se fundamentais na identificação dos suspeitos. No próprio dia 8 de janeiro, o ministro Alexandre de Moraes determinou que empresas de telecomunicações guardassem a localização geográfica dos celulares. Mesmo diante de tudo isso, o ex-presidente, em recente entrevista à CNN, disse que o "8" foi uma "armadilha da esquerda". O fato é que o trabalho dos papiloscopistas também foi essencial para a identificação dos atores, pela via das impressões digitais e comparações faciais. O cruzamento de dados auxiliou na identificação primária dos envolvidos. Outra tentativa de mudar o foco de responsabilidade à época atingiu o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, que chegou a ser denunciado pela ala bolsonarista. O deputado Federal Nikolas Ferreira apresentou ao STF pedido de investigação contra Dino por suposta omissão nos atos antidemocráticos, alegando que o ministro teria conhecimento prévio das ações via Abin - Agência Nacional de Inteligência. Ministro Alexandre de Moraes, entretanto, arquivou o pedido por entender que não havia indícios da prática de crime por Dino, nem a indicação de meios, tempo e lugar em que supostas condutas teriam sido realizadas. Prisões imediatas. Segundo o STF, entre 8 e 9 de janeiro foram realizadas 2.170 prisões. No dia 10, o MPF apresentou um relatório revelando a situação dos custodiados na ANP - Academia Nacional de Polícia em Brasília que estavam em acampamentos em frente ao QG do Exército em Brasília. O MPF relatou que boa parte das pessoas custodiadas não eram de Brasília e "possivelmente vieram ao QG a partir de ônibus gratuitos de suas cidades financiados por agentes organizadores dos atos". O parquet esclareceu que, após a prisão, as pessoas eram identificadas, tinham termo de flagrante lavrado e eram, ou liberadas, ou encaminhadas à penitenciária (Papuda ou Colmeia). A OAB/DF fez diligências no local para verificar as condições da custódia. A Ordem constatou que as pessoas reunidas na Academia estavam no ginásio ou em barracas no jardim, que eram fornecidas refeições, que os banheiros estavam em ordem e que havia posto médico para acompanhamento integral. Também pontuou que uma sala para atendimento da advocacia foi disponibilizada. Audiências de custódia. Foram realizadas 1.397 audiências de custódia sob a coordenação da corregedoria do CNJ, principalmente por magistrados do TRF da 1ª região e juízes do TJ/DF. No mesmo dia das prisões, o ministro Alexandre de Moraes autorizou a liberação de maiores de 70 anos, idosos entre 60 e 70 anos que apresentassem comorbidades e mulheres com filhos menores de 12 anos. Liberdade provisória e prisões preventivas. Dez dias após o ataque, entre 18 e 20 de janeiro, ministro Alexandre de Moraes converteu prisões em flagrante em preventivas e concedeu liberdades provisórias, com imposição de cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica. No total, 938 pessoas tiveram a prisão em flagrante convertida em preventiva e 459 obtiveram a liberdade provisória. As cautelares foram concedidas, segundo o ministro, porque, apesar dos fortes indícios de autoria e materialidade, não foram juntadas provas da violência, invasão e depredação. Já a manutenção de prisões teve como fundamento a garantia da ordem pública e da efetividade da investigação. Atualmente, segundo dados do STF, apenas 66 pessoas permanecem presas preventivamente. Quantidade de pessoas presos e liberadas após atos do 8 de janeiro. Denúncias Em abril de 2023, o STF, no plenário virtual, formou maioria para tornar réus 100 acusados de participação nos atos golpistas. Esse montante representava uma parcela ínfima do total de 1.354 denúncias formalizadas e recebidas pela Corte. Enquanto oito ministros seguiram o voto do relator Alexandre de Moraes, pelo recebimento das denúncias, ministros Nunes Marques e André Mendonça divergiram, em parte, dos demais. Nunes Marques votou por rejeitar 50 denúncias contra investigados, entendendo que o fato de os acusados estarem acampados nas imediações do QG do Exército, sem individualização das condutas, não era justa causa para a propositura das ações. Quanto às demais, Nunes Marques entendeu que deveriam ser analisadas pela Justiça Federal. Mendonça também entendeu que não havia provas contra os 50 acusados e, quanto aos outros, entendia que as ações deveriam ser analisadas em 1ª instância, não pelo Supremo. Os quatro primeiros Foi com muita expectativa nacional que em setembro de 2023 o STF julgou os quatro primeiros réus dos ataques antidemocráticos. O primeiro foi condenado pelos crimes de associação criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e por crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural. Prevaleceu o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, que foi acompanhado por seis dos onze ministros. S. Exa. propôs a pena de 17 anos de prisão e o pagamento solidário - com os demais condenados - de R$ 30 milhões para ressarcimento de danos. Os demais ministros divergiram do relator acerca do quantum da pena. Com fundamentos similares ao da condenação do primeiro réu, o segundo foi condenado a 14 anos de prisão; o terceiro e o quarto foram condenados a 17 anos de prisão. Este último julgado no plenário virtual. Até o momento, segundo dados do STF, além dos quatro mencionados, mais 26 réus foram condenados. Legislativo e CNJ Paralelamente aos julgamentos no STF, o Congresso Nacional instalou, em maio, uma CPMI para investigar os atos antidemocráticos. Cinco meses depois, em outubro, o relatório conclusivo foi divulgado pela relatora, senadora Eliziane Gama. Nele, foi aprovado, com 20 votos favoráveis e 11 contrários, o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de mais 60 pessoas, acusados de tentativa de golpe de Estado durante a invasão da sede dos três Poderes. Em setembro, o CNJ anunciou que investigaria magistrados e servidores do Judiciário suspeitos de envolvimento com os ataques. Linha do tempo mostra os desdobramentos do 8/1.(Imagem: Quem mandou matar a democracia? Apesar dos indiciamentos aprovados pelo Congresso e dos julgamentos no STF, ainda resta um longo caminho para que todos os envolvidos nos brutais ataques sejam responsabilizados. Não só quem esteve na balbúrdia será processado e julgado. As investigações seguem para apurar quem financiou toda a movimentação que culminou no dia da infâmia. A Operação Lesa Pátria, da PF, desde janeiro de 2023, investiga quem estimulou os atos golpistas. No primeiro dia de 2024, um empresário de Londrina/PR foi o primeiro denunciado como financiador dos ataques. Democracia Inabalada O prédio do STF foi reconstruído em tempo recorde: menos de um mês após os ataques os ministros já se encontravam na plenário físico para a abertura de mais um ano Judiciário. Em sessão histórica, a então presidente do STF, ministra Rosa Weber (atualmente aposentada), afirmou que os vândalos "não destruíram o espírito da democracia. Não foram e jamais serão capazes de subvertê-lo, porque o sentimento de respeito pela ordem democrática continua e continuará a iluminar as mentes e os corações dos juízes desta Corte Suprema, que não hesitarão em fazer prevalecer sempre os fundamentos éticos e políticos que informam e dão sustentação ao Estado Democrático de Direito". No mesmo dia os ministros e servidores do STF realizaram um abraço simbólico ao redor da sede da Corte. A ministra reiterou, em diversas oportunidades, a importância de rememorar a data, para que não se repita. Agora, um ano após os acontecimentos, o Supremo realiza uma exposição em seu edifício-sede. "Após 8 de janeiro: Reconstrução, Memória e Democracia" é o nome da mostra que será aberta em 8 de janeiro de 2023. No mesmo prédio, que outrora fora depredado, o STF abre as portas para que a civilidade e a memória preencham o recinto. Enquanto a apuração do fatídico dia segue o devido processo legal e os princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito, outrora desrespeitados pelos próprios réus dos ataques, as instituições, com pesar, mas com resiliência, aludem à data como uma representação de "memória" para que ela não repita, jamais. Epíteto -No dia 9 de janeiro, ao relatar os episódios, e porque estávamos no Dia do Fico, este nosso rotativo alcunhou o dia 8 como o Dia da Infâmia. No dia 21 de janeiro, ministro Gilmar Mendes assinou um artigo na Folha de S.Paulo chamando a data de Dia da Infâmia, que passou assim a ser denominado por parte da imprensa e pela própria então presidente do STF. OBS! O TEXTO está citado no link: https://www.migalhas.com.br/quentes/399958/para-que- nao-se-repita--relembre-o-8-1-e-entenda-os-desdobramentos : -FONTE : INFORMATIVO MIGALHAS nº. 6013 de 08/janeiro/2025. NOTÍCIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONVÊNIOS- - R-E-L-A-Ç-Ã-O D-O-S C-O-N-VÊ-N-I-O-S E PRESTAÇÃDE DE SERVIÇO -PARA O O SEU CELULAR- COM ATENDIMENTO À DOMICILIO A FIRMA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DECELULAR, ATENDE AO SEU CHAMADO. BASTA TELEFONAR PARA (810 8735.0443 E 9521.4278- OU NA RUA DR. AMARO PEDRO S/N BAIRRO DE SANTO ANTONIO – RECIFE/PE- AO LADO DA CAIXA ECONÔMICA- GUARARAPES, -BOX 1. FALAR COM 2RICARDO JOÃO DO NASCIMENTO. CONVÊNIO COM ÓTICA - "PONTO ÓPTICO"- RUA GERVÁSIO PIRES , 134 – BOA VISTA RECIFE- FONE/FAX (81) 3421.1153- E-MAIL: EMPRESAPONTOOPTICO@HOTMAIL.COM EMPRESAPONTOOPTICO@HOTMAIL.COMQUE OFERECE BONS DESCONTOS AOS ADVOGADOS- VISITE PARA MELHOAR SUA VISÃO CONVÊNIO COM DICCA CURSOS - O SINDICATO FIRMOU CONVÊNIO. HORÁRIO. TELS. 99785744 /8514.3965. CONVÊNIO GRÁFICA E EDITORA REAL LTDA –RUA DA AURORA, 573 LOJA 04 EDF. CAETÉS. BOA VISTA. FONE: 3222.4266. DESCONTO DE 10%. CONVÊNIO CLÍNICAODONTOLÓGICA – DRA, CLÁUDIA GUERRA-CONSULTORIO –CLÍNICA GERAL- RUA NOVA, 225 – 4º ANDAR SL. 404-EDF. SOLIMÕES. ENTRADA PELA RUA DA FLORES – SANTO ANTONIO – RECIFE- - TELS: 3028..33331 /87 95.2366 – DESCONTOS PARA OS FILIADOS DO SINDAPER. PREPARATÓRIO PARA CONCURSOS. POR APENAS R$ 200,00 MENSAIS (TARDE/NOITE) – AV. MONTEVIDÉU, 96. ABATIMENTO DE 15% PARA ADVOGADOS -FONE 3038.0172/3039.2693- EMAIL.CONTATO@DICCACURSOS.COM.BR CONVENIO COM A COPIADORA E GRÁFICA RÁPIDA-END. RUA ENGENHO UBALDO GOMES DE MATOS, 27 – SANTO ANTONIO –RECIFE-PE- TELES. 3082.51.02 // 9963.6966. –DESCONTO DE 10% EM TODOS OS SERVIÇOS.CONVENIO COM O TAPETES DE 8VINIL PERSONALIZADO- RESPONSÁVEL ELINE FELIPE – FONES: 9241.0417 // 8762.2995- DESCONTO DE 10% . CONVÊNIO CLINICA PSICOTERAPEUTICA ASSOCIADOS DO RECIFE- E- CLINICA PSICANALITICA SONIA COELHO AMBAS NA RUA DO RIACHUELO 325 SALA 217 – BOA VISTA. COM 20 % ABATIMENTO PARA OS FILIADOS DO SINDAPER. CONVÊNIO O SINDICATO FIRMOU CONVÊNIO COM A ACADEMIA ATENAS – VÁRIAS MODALIDADES DE GINÁSTICAS. LOCALIZADA NA RUA PRUDENTE DE MORAIS, 92- FONE: 3242.4727- HIPÓDROMO/CAMPO GRANDE-RECIFE. O FILIADO AO SINDICATO GOZA DE ABATIMENTOS DE 20% CONVÊNIO COM A OTICA SMONTE SINAI – COM ENDEREÇO NA AV. GUARARAPES, 86 – BAIRRO SANTO ANTONIO- RECIFE. TEL 3224.1455- COM ABATIMENTO DE 20 % A 30% EM QUALQUER TIPO DE ÓCULOS DE GRAU E ESPORTIVOS PARA CRIANÇAS E ADULTOS, LENTES DE CONTATO. COM ENTREGA RÁPIDA.CONVÊNIO CLÍNICA PSICOLÓGICA – DRA. JEANINE VALENÇA CAVALCANTI – RUA RIACHUELO, 105 S/908 – BOA VISTA. NAS 2ª, 3ª E 4ª FEIRAS. MARCAR.

Tempo hoje em Recife

26°
22°

DM - Dolar hoje

Dólar Comercial : 5,1620

Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989
3224-6967/3424-6967
(81) 99871-0165